



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/01/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1 - 2
1.2. CÂMARA CÍVEL.....	3
1.3. INSTITUCIONAL.....	4
1.4. JULGAMENTOS.....	5 - 7
1.5. PRISÃO.....	8
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CÂMARA CÍVEL.....	9 - 10
2.2. PRISÃO.....	11
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. COMARCAS.....	12
3.2. DESEMBARGADORES.....	13
3.3. INSTITUCIONAL.....	14 - 15
3.4. JULGAMENTOS.....	16 - 17
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DESEMBARGADORES.....	18 - 21
4.2. INSTITUCIONAL.....	22 - 23
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. COMARCAS.....	24 - 25
5.2. CÂMARA CÍVEL.....	26
5.3. DESEMBARGADORES.....	27 - 30
5.4. INSTITUCIONAL.....	31
5.5. JULGAMENTOS.....	32 - 33
5.6. PRISÃO.....	34

Novo fórum de Santa Inês fica pronto em seis meses



Novo fórum de Santa Inês fica pronto em seis meses

Os serviços de construção do Fórum de Santa Inês serão reiniciados até o final de janeiro. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, homologou ontem a licitação que objetiva a conclusão da obra do fórum e da construção do Salão do Júri, que será feita pela construtora Dinamarca Empreendimentos da Construção e Indústria. A obra deve ficar pronta no prazo de seis meses.

A equipe de engenharia do TJMA visitou o local e constatou que apesar do tempo decorrido entre o início da obra, há cerca de três anos, e a retomada atual, não houve danos à estrutura. De acordo com o diretor de Engenharia Obra e Serviços do TJ, Antonio José Lago, a partir dessa aprovação, a obra será reiniciada. "Todas as alvenarias estão levantadas e as partes

de madeira foram imunizadas. Existe uma vigilância permanente no prédio, por isso a obra, mesmo estando parada, está protegida", confirmou o diretor.

O projeto da obra passou por uma modificação que incluiu o salão de júri e área de urbanização. Na primeira parte do projeto o valor estimado da obra era de R\$ 670 mil. Com as modificações e benfeitorias acrescentadas, os investimentos para a construção do fórum foram estimados em R\$ 1.276.103,50.

O município de Santa Inês fica a 240 km da capital, possui três varas e um juizado para atender à comunidade, de 78.182 habitantes. O Fórum atual fica localizado na rua 21 de abril, nº 65, centro da cidade. A nova sede funcionará em terreno cedido pela prefeitura local, na rua do Bambu.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA SUSPENDE INTERVENÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FÉRRER

Em sessão nesta sexta-feira, 21, as Câmaras Cíveis Reunidas do TJ decidiram reformar decisão que determinava intervenção no município de São Vicente Férrer, em razão do descumprimento de ordem judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-16). A intervenção foi proposta pelo Ministério Público Estadual e concedida pelo TJ em janeiro de 2009, com o fim específico de incluir no orçamento municipal os precatórios oriundos da Justiça do Trabalho. O município recorreu da ação ministerial, informando que havia firmado acordo com o TRT para pagamento parcelado dos débitos e pedindo reforma da decisão de intervenção estadual. O relator, desembargador Jorge Rachid, acolheu a alegação do município, votando pela perda do objeto inicial. Ele sustentou que a intervenção teria sido a medida mais adequada no primeiro momento, porém, enquanto recurso excepcional, não se mostra mais necessária, frente ao acordo de pagamento firmado pelo município.

Campanha de ajuda aos desabrigados mobiliza servidores do TJMA

A campanha realizada pelo Poder Judiciário do Maranhão através da Diretoria Geral do Tribunal de Justiça está arrecadando donativos para as vítimas das chuvas na Região Serrana do Rio. O material já recebido foi transportado para a filial da Cruz Vermelha no Estado.

Nesta sexta-feira, 50 cestas básicas doadas pela juíza Oriana Gomes, da 10ª Vara Criminal de São Luís, foram recebidas pessoalmente pela diretora Alessandra Darub.

A campanha contou com a colaboração dos desembargadores Jamil Gedeon (presidente do TJ), José Stélio Muniz, Jorge Rachid e Paulo Velten e os servidores da Direção Geral, Diretoria de Informática e Automação, Assessoria de Comunicação da Presidência, Assessoria Jurídica, Coordenadoria de Recursos

Constitucionais e Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância com a participação de donativos.

Alessandra Darub agradece a participação de todos que se sensibilizaram e informa que a campanha vai continuar até o dia 28 de janeiro. Além de cestas básicas, podem ainda ser doados: leite em caixa, leite para recém-nascidos, cloro, travesseiros e material de limpeza.

Quem quiser contribuir e fazer sua doação pode fazer a entrega na Diretoria Geral do TJMA (Av. Pedro II. Centro). Servidores do Fórum de São Luís podem deixar as doações para as vítimas da região na diretoria do fórum.

Alguns servidores optaram pela doação em dinheiro na conta 80.000-7 agência: 1611-x do Banco do Brasil.

TJMA realiza audiência com representantes de São Luís e Sindicato dos Agentes de Trânsito

Durante audiência realizada ontem, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos encerrou a fase de instrução processual referente à Ação Civil Pública que tem como partes o Município de São Luís, o Sindicato dos Agentes de Trânsito de São Luís (Sindtrânsito) e o Sindicato dos Guardas Municipais do Maranhão (Sigmema).

A Ação foi proposta pelo Município de São Luís e refere-se a greve realizada em maio de 2010, quando as categorias cruzaram os braços reivindicando reajuste salarial e outros benefícios, como redução da jornada de trabalho de 36 para 30h.

Com o encerramento dessa etapa do processo, que

aconteceu diante da ausência do advogado dos sindicatos, os mesmos deverão apresentar as alegações finais por meio de memorial.

Estiveram presentes na audiência o procurador geral do município Francisco de Assis Coelho, o representante do Ministério Público Estadual, o procurador Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, o procurador do trabalho, Carlos Victor Belo e o presidente do Sindtrânsito, Francisco Paulo Lima. O representante do Sigmema não participou da audiência.

Na ocasião, o procurador do município juntou ao processo documento que trata da inexistência de registro sindical do Sindtrânsito.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA PROMOVE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Durante audiência realizada ontem, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos encerrou a fase de instrução processual referente à Ação Civil Pública que tem como partes o Município de São Luís, o Sindicato dos Agentes de Trânsito de São Luís (Sindtrânsito) e o Sindicato dos Guardas Municipais do Maranhão (Sigmema).

A Ação foi proposta pelo Município de São Luís e refere-se a greve realizada em maio de 2010, quando as categorias cruzaram os braços reivindicando reajuste salarial e outros benefícios, como redução da jornada de trabalho de 36 para 30h.

Com o encerramento dessa etapa do processo, que aconteceu diante da ausência do advogado dos sindicatos, os mesmos deverão apresentar as alegações finais por meio de memorial.

Estiveram presentes na audiência o procurador geral do município Francisco de Assis Coelho, o representante do Ministério Público Estadual, o procurador Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, o procurador do trabalho, Carlos Victor Belo e o presidente do Sindtrânsito, Francisco Paulo Lima. O representante do Sigmema não participou da audiência.

Na ocasião, o procurador do município juntou ao processo documento que trata da inexistência de registro sindical do Sindtrânsito.

TJMA REALIZA AUDIÊNCIA COM REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS E SINDICATO DOS AGENTES DE TRÂNSITO

Durante audiência realizada nesta sexta-feira, 21, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos encerrou a fase de instrução processual referente à Ação Civil Pública que tem como partes o Município de São Luís, o Sindicato dos Agentes de Trânsito de São Luís (Sindtrânsito) e o Sindicato dos Guardas Municipais do Maranhão (Sigmema). A Ação foi proposta pelo Município de São Luís e refere-se a greve realizada em maio de 2010, quando as categorias cruzaram os braços reivindicando reajuste salarial e outros benefícios, como redução da jornada de trabalho de 36 para 30h. Com o encerramento dessa etapa do processo, que aconteceu diante da ausência do advogado dos sindicatos, os mesmos deverão apresentar as alegações finais por meio de memorial.

Polícia Civil prende assaltante que agia no São Francisco

Em cumprimento a um mandado de prisão expedido preventiva expedido pelo Juiz da 8ª Vara Criminal, investigadores da Polícia Civil do 9º DP (São Francisco) efetuaram a prisão de Crenilson Pereira Cantanhede de 24 anos, suspeito de praticar vários assaltos a

estabelecimentos comerciais no Bairro do São Francisco, em São Luís.

Após a prisão do assaltante, várias vítimas foram até o distrito e o reconheceram. Ele foi encaminhado ao Centro de Triagem de Pedrinhas, onde aguardará o trâmite do processo.

FIM DA INTERVENÇÃO

Em sessão nesta sexta-feira, 21, as Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça decidiram reformar decisão que determinava intervenção no município de São Vicente Férrer, em razão do descumprimento de ordem judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-16).

TJ suspende intervenção no município de São Vicente Férrer

Em sessão ontem, 21, as Câmaras Cíveis Reunidas do TJ decidiram reformar decisão que determinava intervenção no município de São Vicente Férrer, em razão do descumprimento de ordem judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-16).

A intervenção foi proposta pelo Ministério Público Estadual e concedida pelo TJ em janeiro de 2009, com o fim específico de incluir no orçamento municipal os precatórios oriundos da Justiça do Trabalho. O município recorreu da ação ministerial, informando que havia firmado acordo com o TRT para pagamento parcelado dos débitos e pedindo reforma da decisão de intervenção estadual.

O relator, desembargador

Jorge Rachid, acolheu a alegação do município, votando pela perda do objeto inicial. Ele sustentou que a intervenção teria sido a medida mais adequada no primeiro momento, porém, enquanto recurso excepcional, não se mostra mais necessária, frente ao acordo de pagamento firmado pelo município.

PRAZOS - A sessão de julgamentos de ontem foi a primeira do ano judiciário de 2011. A partir desta data voltam a correr os prazos processuais de intimações de partes, advogados e a acontecer as audiências nas justiças de 1º e 2º graus, conforme a Resolução nº 54/2010, assinada em dezembro de 2010 pelo presidente do TJMA, Jamil Gédeon.

Polícia Civil prende assaltante que agia no São Francisco

Em cumprimento a um mandado de prisão expedido preventiva expedido pelo Juiz da 8ª Vara Criminal, investigadores da Polícia Civil do 9º DP (São Francisco) efetuaram a prisão de Crenilson Pereira Cantanhede de 24 anos, suspeito de praticar vários assaltos a estabelecimentos comerciais no Bairro do São Francisco, em São Luís. Após a prisão do assaltante, várias vítimas foram até o distrito e o reconheceram. Ele foi encaminhado ao Centro de Triagem de Pedrinhas, onde aguardará o trâmite do processo.

Novo fórum de Santa Inês estará concluído no prazo de seis meses, informa TJ

Serviços de construção do prédio vão ser reiniciados até o fim deste mês pelo Tribunal

Os serviços de construção do Fórum de Santa Inês serão reiniciados até o fim deste mês. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, homologou ontem que objetiva a conclusão da obra do fórum e da construção do Salão do Júri, que será feita pela construtora Dinamarca Empreendimentos da Construção e Indústria. A obra deve ficar pronta no prazo de seis meses.

A equipe de engenharia do TJ-MA visitou o local e constatou que, apesar do tempo decorrido entre o início da obra, há cerca de três anos, e a retomada atual, não houve danos à estrutura. De acordo com o diretor de Engenharia de Obra e Serviços do TJ, Antonio José Lago, a partir dessa aprovação, a obra será reiniciada.

O projeto passou por uma modificação que incluiu o salão de júri e área de urbanização. Na primeira parte do projeto, o valor estimado da obra era de R\$ 670 mil. Com as modificações e benfeitorias acrescentadas, os investimentos para a construção do fórum foram estimados em R\$ 1.276.103,50.



Presidente da Amma, José Brígido, defende o juiz Thales Ribeiro

Amma contesta processo contra o juiz Thales Ribeiro

Associação dos Magistrados se posiciona contra decisão do corregedor-geral de Justiça, Antônio Guerreiro Júnior

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), juiz José Brígido Lages, manifestou-se, ontem, contra a decisão do corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, de instaurar Processo Preliminar de Investigação (PPI) contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, da Comarca de Dom Pedro, mesmo sem ter convicção da veracidade das denúncias.

De acordo com informação publicada no site da Corregedoria, a decisão, de ofício, teria sido motivada pela necessidade de esclarecer fatos imputados ao juiz. Consta ainda no referido site que, caso as denúncias sejam comprovadas, o corregedor defenderá a aplicação das penas cabíveis.

Na avaliação do presidente da Amma, não existem, até o momento, fatos concretos que apontem qualquer irregularidade praticada pelo juiz Thales Ribeiro no exercício da jurisdição. "O que existem, de fato, são pessoas descontentes com decisões do magistrado da Comarca de Dom Pedro, no curso dos seus processos, e que buscam, por meio de notícias inverídicas plantadas na imprensa, colocar em suspeição os atos do juiz", explicou Brígido Lages.

Evidências - De acordo com Brígido Lages, há evidências claras que comprovam a má-fé de pessoas que têm se utilizado de artifícios espú-

rios para macular a honra do juiz Thales Ribeiro e de toda a magistratura maranhense. Ele citou como exemplo a audiência pública realizada no dia 19 de novembro de 2010, na Comarca de Dom Pedro, em que o magistrado se colocou à disposição de toda a comunidade para esclarecer a sua conduta nos atos processuais. Segundo Brígido Lages, não apareceu um único cidadão ou representante de entidade de classe do município para reclamar, denunciar ou fazer qualquer tipo de crítica à conduta do juiz.

O presidente da Amma também lamentou que o corregedor esteja se pautando apenas em denúncias publicadas na imprensa contra magistrados para abrir procedimentos administrativos, sem fazer uma investigação sobre que interesses escusos possam conter tais denúncias.

"Essas denúncias, na maioria das vezes, podem estar partindo de pessoas envolvidas em processos, insatisfeitas com decisões e que tentam, de forma subliminar, pressionar para que as decisões dos juízes sejam modificadas", esclareceu.

Ainda sobre a situação do juiz Thales Ribeiro, Brígido Lages lembrou que em outubro de 2010 a Corregedoria intimou as entidades signatárias das denúncias contra o magistrado a apresentarem acusação formal e provas, mas nenhum dos denunciantes apareceu.

Elogia

As medidas adotadas pelo Governo do Estado para assegurar melhor qualidade na aplicação de recursos públicos foram elogiadas no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O diretor financeiro do órgão, Luiz Carlos Calvet, enalteceu a abertura do orçamento ocorrida na última segunda-feira, logo no início do exercício.

Fato que não acontecia há cinco anos.

Convênio

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) está firmando convênio de cooperação técnica com prefeituras municipais para cessão de servidores dos quadros dos municípios, para prestarem serviços no Poder Judiciário maranhense. Os servidores cedidos deverão exercer somente as funções de serviços gerais e vigilância predial. A regulamentação da cessão por meio de convênio é uma determinação do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, e tem a finalidade de regularizar, de forma institucional, a situação dos servidores.

Prefeitura e agentes não entram em acordo em SL

Fracassou a tentativa de acordo entre agentes de trânsito, guardas municipais e a Prefeitura de São Luís. Ontem, foi realizada uma audiência no Tribunal de Justiça, presidida pelo desembargador José Joaquim Figueiredo, que a deu por encerrada após ausência injustificada dos advogados do Sindicato dos Agentes de Trânsito de São Luís (Sindrânsito), do presidente e advogados do Sindicato dos Guardas Municipais de São Luís.

As duas categorias haviam entrado em greve em maio do ano passado após impasse com a Prefeitura. O movimento, no entanto, foi encerrado por decisão judicial. "Por conta das ausências, os requerentes devem agora apresentar as alegações finais em forma de memoriais. Em seguida, será gerada a prolação da sentença, que é o acórdão", explicou o desembargador.

O procurador-geral do Muni-

cípio de São Luís, Francisco Coelho, que compareceu à audiência, entregou ao desembargador, um documento que atesta que o sindicato dos agentes de trânsito não possui a Carta Sindical, o que impossibilitaria a organização de defender os interesses da categoria. O documento foi aceito e incluso no processo. "O documento foi requerido junto ao Ministério do Trabalho", informou ele.

O presidente do Sindrânsito, Francisco Paulo Lima, contestou a validade do documento. "A Carta Sindical é uma mera formalidade para que a entidade sindical tenha acesso ao imposto anual sindical. O sindicato tem personalidade jurídica com registro no cartório e CNPJ, portanto está habilitado para representar a categoria. O Ministério do Trabalho não pode interferir na atuação de uma entidade sindical", afirmou.

Fracasso

Fracassou a tentativa de um acordo entre a Prefeitura de São Luís e os sindicatos de agentes de trânsito e guardas municipais.

Representantes das três partes compareceram à audiência de conciliação, ontem, no Tribunal de Justiça, mas não levaram advogados.

Sem a defesa dos sindicatos, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos suspendeu a audiência.

MARANHENSE PARA O STF



A Associação Brasileira dos
Magistrados, Procuradores e
Promotores Eleitorais (Abramppe)
faz uma campanha para que o juiz
maranhense Márton Reis seja o
próximo integrante da mais alta
corte do país.

PÁGINA 3

Um maranhense no Supremo?

Associação dos juízes eleitorais indica Márton Reis, coordenador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e um dos criadores da Lei da Ficha Limpa, para o STF

DA REDAÇÃO

Reportagem do site 'Congresso em Foco' revela que a Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe) decidiu começar uma campanha para que o juiz maranhense Márton Reis seja o próximo integrante da mais alta corte do país. O objetivo é modificar a forma como são indicados os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Além de presidir a Abramppe, ele é um dos coordenadores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), rede que congrega 50 entidades e foi responsável pelo projeto que deu origem à Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10). A indicação de um ministro do STF cabe exclusivamente ao presidente da República. Depois da indicação, ele é aprovado após sabatina no Senado Federal.

O texto, assinado pelo jornalista Mário Coelho, mostra que a Abramppe pretende forçar uma participação maior da sociedade civil na escolha dos ministros do STF. No início da semana, após conversas informais pela internet e telefone, os integrantes da associação decidiram indicar o nome

do coordenador do MCCE para a vaga no Supremo. Na quarta-feira (19), de acordo com o promotor catarinense Affonso Ghizzo Neto, Reis colocou seu nome à disposição do movimento. "Além da qualidade técnica e ética, o nome de Márton significa trazer a pressão popular para a indicação do novo ministro do Supremo", afirmou o promotor, que integra a Abramppe, ao 'Congresso em Foco'.

Sempre segundo a reportagem, Ghizzo considera que, em alguns casos, as escolhas para os integrantes das cortes superiores, pelo governo federal, e dos tribunais de Justiça, pelos governadores, são contaminadas por aspectos políticos. "A indicação dele pode inaugurar um novo procedimento para a escolha dos ministros do STF. A gente vê que as escolhas muitas vezes são processos que levam em conta só as questões políticas. É preciso mobilizar a sociedade para indicar uma pessoa compromissada com a democracia e com a ética", disse.

O movimento está no início ainda. Ghizzo, que é coordenador nacional da campanha "O que você tem a ver com a corrupção", adianta que, no momento, os apoiadores da

ideia de indicar Reis para o Supremo estão conversando com entidades da área jurídica e com os movimentos sociais. Além disso, integrantes da Abramppe começam a articular o nome do coordenador do MCCE junto a políticos e autoridades. "A ideia está bem encaminhada, estamos com bons retornos até agora", afirmou o promotor.

Desde agosto de 2010, o Supremo Tribunal Federal está com o quorum incompleto. Após a aposentadoria de Eros Grau, a corte tem julgado processos com dez integrantes. Isso, inclusive, causou impasses, como nas análises dos recursos de Joaquim Roriz e de Jader Barbalho contra a Lei da Ficha Limpa. No fim do ano passado, dava-se como certa a indicação do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, para a posição. No entanto, ele foi mantido no cargo pela presidenta Dilma Rousseff.

BRENO FORTES/C&I A PRESS



“Além da qualidade técnica e ética, o nome de Márlon significa trazer a pressão popular para a indicação do novo ministro do Supremo”

AFFONSO GHIZZO,
promotor que integra a Abramppe

MÁRLON REIS, UM DOS IDEALIZADORES DA LEI DA FICHA LIMPA, RECEBE APOIO PARA INTEGRAR O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

MÁRLON PARA O STF (1)

Autor do projeto popular que deu origem à Lei da Ficha Limpa, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, pode lançar o nome do juiz da 2ª Vara de João Lisboa, no Maranhão, Márlon Reis para a vaga de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). A ideia partiu do promotor Affonso Ghizzo Neto e será discutida na próxima semana, em reunião do movimento.

MÁRLON PARA O STF (2)

A vaga para o posto está aberta desde agosto, quando o ministro Eros Grau se aposentou oficialmente, ao completar 70 anos. O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, é o favorito ao posto. O ex-presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Cesar Asfor Rocha, também é cotado para a vaga. Cabe ao presidente da República indicar os ministros do Supremo e ao Congresso, referendar ou rejeitar o nome.

SOLIDARIEDADE

TJ e Sesc arrecadam donativos para o Rio

CAROLINA MELLO

Mais campanhas institucionais em São Luís pelas vítimas das chuvas na região serrana fluminense. O Serviço Social do Comércio (Sesc) realiza pela terceira vez consecutiva a campanha "Sesc Solidário", replicada por todas as unidades do Brasil, inclusive o Sesc Maranhão. O objetivo é mobilizar não só funcionários, mas diversos setores da sociedade, principalmente o comércio. A campanha está marcada para começar na próxima segunda-feira (24). As doações vão poder ser entregues em todas as unidades do Sesc na cidade. Água potável, produtos de higiene e limpeza, e alimentos de pronto-consumo são prioritários. Tudo será encaminhado a Cruz Vermelha, responsável por encaminhar os donativos ao Rio de Janeiro com ajuda da Força Aérea Brasileira (FAB).

Segundo a coordenadora da campanha, Soraia Aguiar, o Sesc Solidário teve início em 2009. Nesse ano, os esforços foram para ajudar os desabrigados das chuvas no Maranhão. A campanha durou três meses e arrecadou 460 mil quilos de alimentos, 15.800 litros de água potável e 34 mil peças de roupa. Em 2010, os beneficiados foram às vítimas das enchentes em Alagoas e Pernambuco. Foram arrecadados 7.234 quilos de alimentos, 5.053

litros de água, e 13.800 peças de roupa. Como nas últimas edições, Soraia acredita que a participação este ano será satisfatória.

A abordagem do Sesc aos empresários para as doações se baseia no que já acontece através do projeto Mesa Brasil. Também coordenado por Soraia, é voltado para arrecadação de alimentos para asilos, creches e abrigos, entre outros. Os produtos são doações dos comerciantes. "As empresas nos passam produtos próximos da data de vencimento, ou com alguma avaria, mas ainda em condições de consumo", disse Soraia. O Mesa Brasil atende a 20 instituições e tem parceria com 90 empresas, nas cidades de São Luís e Caxias.

Tribunal de Justiça

O Poder Judiciário do Maranhão, através da Diretoria Geral do Tribunal de Justiça (TJ) está arrecadando donativos desde o último dia 17. O material já recebido foi transportado para a Cruz Vermelha local. Só na manhã de ontem, 50 cestas básicas foram doadas pela juíza Oriana Gomes, da 10ª Vara Criminal de São Luís. A campanha contou com a colaboração do presidente do TJ, o desembargador Jamil Gedeon, além dos desembargadores José Stélio Muniz, Jorge Rachid e Paulo Velten. Os servidores da Direção

Geral, Diretoria de Informática e Automação, Assessoria de Comunicação da Presidência, Assessoria Jurídica, Coordenadoria de Recursos Constitucionais e Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância também colaboraram.

Mais itens foram doados na tarde de sexta, como colchonetes, água mineral, roupas e itens de higiene. A diretora geral do TJ, Alessandra Darub, que coordena a campanha, informou que as doações podem ser feitas até o próximo dia 28. Além de cestas básicas, também podem ser doados leite em caixa, leite para recém-nascidos, cloro, travesseiros e material de limpeza.

SAIBA MAIS

Como contribuir

Mais informações sobre o Sesc Solidário podem ser obtidas pelos telefones: 3216 3845 e 3231-1464. E quem quiser contribuir com a ação do TJ, pode entregar doações na Diretoria Geral do Tribunal, na avenida Dom Pedro II, Centro. A diretoria do Fórum é ponto de doações para os servidores daquele local. Como alguns servidores optaram pela doação em dinheiro, depósitos podem ser feitos na conta 80.000-7, agência 1611-x, do Banco do Brasil.



DIVULGAÇÃO

Juiz concretiza a união de casais na cidade de Bacuri

Bacuri realiza casamento comunitário com festa

A comarca de Bacuri deu continuidade ao projeto 'Casamentos Comunitários', com a realização de uma cerimônia seguida de festa, no último dia 19, quarta-feira. A solenidade envolveu 69 casais, oriundos dos municípios de Bacuri e Apicum-Açu.

O juiz titular da comarca, Marco Adriano Ramos Fonseca contou com o auxílio dos magistrados Delvan Tavares, da Vara da Infância de Imperatriz, Ana Célia Santana, da 6ª Vara Criminal de São Luís, e Jesus Guanaré Sous Borges, da 7ª Vara de Família de São Luis, além do promotor de justiça Thiago Cerqueira Fonseca. O último casamento comunitário realizado na comarca foi em 2007.

O evento foi organizado pelo Poder Judiciário local, em parceria com a Serventia Extrajudicial da Comarca, os poderes Executivo e Legislativo e as igrejas católica e evangélica dos municípios de Bacuri e Apicum-Açu. Como sempre acontece no cerimonial do casamento comunitário, aconteceram algumas celebrações, separadamente, do casal mais idoso, que envolveu Raimundo Paulino Sousa, 85 anos, e Alzira da Silva, 68 anos. E também do casal mais jovem: Ociclaudio de Jesus Santos, 21 anos, e Maíara Baldez Pinheiro, 17 anos.

Posteriormente, o padre Eduardo Barbosa, de Bacuri, e o

pastor Deneuve Diniz, de Apicum-Açu, reafirmaram o sentido espiritual e religioso do matrimônio, abençoando os noivos. Logo após, iniciou-se a cerimônia de casamentos civis, sendo convocados os casais participantes nominalmente.

Além da população local, que lotou a Praça de Eventos São Sebastião, diversas autoridades prestigiaram o casamento comunitário. Durante o evento foi feita uma homenagem ao Juiz Delvan Tavares Oliveira, que é natural de Bacuri. Segundo Marco Adriano Fonseca, "através do Projeto Casamentos Comunitários, o Poder Judiciário tem a oportunidade consolidar os laços com a sociedade, demonstrando que não mede esforços para contribuir para uma sociedade mais inclusiva e participativa, proporcionando dignidade aos casais e famílias participantes".

"Houve uma demonstração de integração e responsabilidade social diante das parcerias que foram consolidadas entre os três Poderes e a iniciativa privada, como representantes das Igrejas, comerciantes, empresários locais e a CEMAR, que viabilizaram a realização deste evento, com o sorteio de presentes e show gospel", destacou o juiz. A festa foi encerrada com o sorteio de brindes e eletrodomésticos aos casais e o show do cantor gospel Jacymário, natural de Bacuri.

■ Fórum de Santa Inês

Os serviços de construção do Fórum de Santa Inês serão reiniciados até o final de janeiro. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, homologou ontem, a licitação que objetiva a conclusão da obra do fórum e da construção do Salão do Júri, que será feita pela construtora Dinamarca Empreendimentos da Construção e Indústria. A obra deve ficar pronta no prazo de seis meses. O município de Santa Inês fica a 240 km da capital, possui três varas e um juizado para atender à comunidade, de 78.182 habitantes. O Fórum atual está localizado na Rua 21 de abril, nº 65, centro da cidade.

■ Intervenção suspensa (I)

As Câmaras Cíveis Reunidas do TJ decidiram, ontem, reformar decisão que determinava intervenção no município de São Vicente Férrer, em razão do descumprimento de ordem judicial do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-16).

A intervenção foi proposta pelo Ministério Público Estadual e concedida pelo TJ em janeiro de 2009, com o fim específico de incluir no orçamento municipal os precatórios oriundos da Justiça do Trabalho.

O município recorreu da ação ministerial, informando que havia firmado acordo com o TRT para pagamento parcelado dos débitos e pedindo reforma da decisão de intervenção estadual.

■ Intervenção suspensa (II)

O relator, desembargador Jorge Rachid, acolheu a alegação do município, votando pela perda do objeto inicial. Ele sustentou que a intervenção teria sido a medida mais adequada no primeiro momento, porém, enquanto recurso excepcional, não se mostra mais necessária, frente ao acordo de pagamento firmado pelo município.

A sessão de julgamentos de ontem foi a primeira do ano judiciário de 2011. A partir desta data voltam a correr os prazos processuais de intimações de partes, advogados e a acontecer as audiências nas justiças de 1º e 2º graus.

Conforme a Resolução nº 54/2010, assinada em dezembro de 2010 pelo presidente do TJMA, Jamil Gedeon.

AMMA contesta abertura de processo contra Thales Ribeiro

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz José Brígido Lages, manifestou-se contra a decisão do corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro, de instaurar Processo Preliminar de Investigação (PPI) contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, da Comarca de Dom Pedro, mesmo sem ter convicção da veracidade das denúncias. **PÁGINA 3**

AMMA diz que é contra abertura de processo contra o juiz Thales Ribeiro

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz José Brígido Lages, manifestou-se contra a decisão do corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro, de instaurar Processo Preliminar de Investigação (PPI) contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, da Comarca de Dom Pedro, mesmo sem ter convicção da veracidade das denúncias.

De acordo com informação publicada no site da Corregedoria, a decisão, de ofício, teria sido motivada pela necessidade de esclarecer fatos imputados ao juiz. Consta ainda no referido site, que caso as denúncias sejam comprovadas, o corregedor defenderá a aplicação das penas cabíveis.

Na avaliação do presidente da AMMA, não existem, até o momento, fatos concretos que apontem qualquer irregularidade praticada pelo juiz Thales Ribeiro no exercício da jurisdição. "O que existe, de fato, são pessoas descontentes com decisões do magistrado da Comarca de Dom Pedro, no curso dos seus processos, e que buscam, por meio de notícias inverídicas plantadas na imprensa, colocar em suspeição os atos do juiz", explicou Brígido Lages.

De acordo com Brígido Lages, há evidências claras que comprovam a má-fé de pessoas que têm se utilizado de artifícios espúrios para macular a honra do juiz Thales Ribeiro e de toda a magistratura maranhense.

Ele citou como exemplo a audiência pública realizada no dia 19 de novembro de 2010, na Comarca de Dom Pedro, em que o magistrado se colocou à disposição de toda a comunidade para esclarecer a sua conduta nos atos processuais. Segundo Brígido, não apareceu um único cidadão ou representante de entidade de classe do município para reclamar, denunciar ou fazer qualquer tipo de crítica à conduta o juiz.

"Nós estivemos presentes na audiência representando a AMMA, o auditório ficou lotado, o juiz Thales ali próximo à comunidade para dar as explicações, ouvir os questionamentos e tudo o que se presenciou foram pessoas elogiando o seu trabalho. Estavam presentes líderes comunitários, professores, representantes de entidades, do Executivo e Legislativo municipal. Se existiam denúncias, por que não foram apresentadas? A audiência pública é o momento da prestação de contas do magistrado e toda a comunidade foi convidada. A iniciativa partiu do próprio juiz e nenhuma denúncia foi formulada naquela ocasião", destacou Brígido.

O presidente da AMMA também lamentou que o corregedor esteja se pautando apenas em denúncias publicadas na imprensa contra magistrados para abrir procedimentos administrativos, sem fazer uma investigação sobre que interesses escusos possam conter tais denúncias. "Essas denúncias, na

maioria das vezes, podem estar partindo de pessoas envolvidas em processos, insatisfeitas com decisões e que tentam, de forma subliminar, pressionar para que as decisões dos juizes sejam modificadas", esclareceu.

Ainda sobre a situação do juiz Thales Ribeiro, Brígido Lages lembrou que em outubro de 2010 a Corregedoria intimou as entidades signatárias das denúncias contra o magistrado a apresentarem acusação formal e provas, mas nenhum dos denunciadores apareceu. "Como é que agora o corregedor decide abrir Processo de Investigação contra o magistrado se ele mesmo afirmou anteriormente que não estava convencido da existência de tais irregularidades? baseado em que acusação formal? apenas em notícias divulgadas na imprensa?", questionou o presidente da AMMA.

Diante dos fatos que envolvem o juiz Thales Ribeiro, o presidente da AMMA informou que a entidade se manterá vigilante, como sempre esteve, para que o magistrado não venha a sofrer qualquer punição sem que sejam apresentadas as provas consistentes do ato ilegal que ele tenha praticado e que o mesmo possa se defender, dentro do devido processo legal que lhe é garantido pela Loman e pela Constituição Federal. "A AMMA não aceitará que qualquer magistrado maranhense venha a ser punido com base apenas em notícias divulgadas na imprensa", ressaltou.

SOBRE

Se depender da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais, o juiz maranhense Márlon Reis será o próximo integrante do Supremo Tribunal Federal. A Abramppe decidiu iniciar uma campanha com o objetivo de modificar a forma como são indicados os ministros do STF, para que Marlon Reis seja o próximo integrante da mais alta corte do país. Além de presidir a Abramppe, ele é um dos coordenadores do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), rede que congrega 50 entidades, e foi responsável pelo projeto que deu origem à Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10).

Grupo da Ficha Limpa 'lança' juiz do MA candidato ao STF

Depois do sucesso da campanha pela Lei da Ficha Limpa, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) decidiu dar outro passo na campanha por maior participação da sociedade na vida política: "lançou" o nome do juiz Marlon Reis, do Maranhão, como candidato à 11ª vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Essa vaga surgiu com a aposentadoria, em agosto do ano passado, do ministro Eros Grau. O advogado-geral da União, Luiz Inácio Adams, vem sendo apontado como "o grande favorito" para a indicação, que será decidida pessoalmente pela presidente da República. "Mas sua confirmação no posto, por Dilma Rousseff, deixou no ar uma incerteza e estamos aproveitando esse momento para puxar essa discussão, a da escolha de ministros do Supremo, para uma maior participação da socieda-

de", explica o arquiteto Francisco Whitaker, um dos militantes do MCCE.

Juiz de Direito no Maranhão, Reis destacou-se na defesa de duas leis de iniciativa popular - a que pune compra de votos, aprovada em 1999, e a da Ficha Limpa, do ano passado. Na primeira delas, formou grupos de juizes e promotores, em seu estado, para fiscalizar a compra de votos. Reis preside, também, a Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe).

Autor da iniciativa, o promotor Affonso Ghizzo Neto, de Santa Catarina, afirma que, "além da qualidade técnica e ética", o nome de Marlon pode "trazer a pressão popular para a indicação do novo ministro do Supremo". Segundo Whitaker, "a receptividade das associações ligadas ao MCCE tem sido enorme". (*O Estado de S. Paulo*)



Juiz Marlon Reis: nome 'ficha limpa' para o STF

❖❖ A campanha realizada pelo Poder Judiciário do Maranhão através da Diretoria Geral do Tribunal de Justiça está arrecadando donativos para as vítimas das chuvas na Região Serrana do Rio.

❖❖ O material já recebido foi transportado para a filial da Cruz Vermelha no Estado. Ontem, 50 cestas básicas doadas pela juíza Oriana Gomes, da 10ª Vara Criminal de São Luís, foram recebidas pessoalmente pela diretora Alessandra Darub.

■ Audiência sobre trânsito (I)

Durante audiência, ontem, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos encerrou a fase de instrução processual referente à Ação Civil Pública que tem como partes o município de São Luís, o Sindicato dos Agentes de Trânsito de São Luís (Sindtrânsito) e o Sindicato dos Guardas Municipais do Maranhão (Sigmema).

A Ação foi proposta pelo município de São Luís e refere-se à greve realizada em maio de 2010, quando as categorias cruzaram os braços reivindicando reajuste salarial e outros benefícios, como redução da jornada de trabalho de 36 para 30h.

Com o encerramento dessa etapa do processo, que aconteceu diante da ausência do advogado dos sindicatos, os mesmos deverão apresentar as alegações finais por meio de memorial.

■ Audiência sobre trânsito (II)

Estiveram presentes na audiência o procurador geral do município Francisco de Assis Coelho, o representante do Ministério Público Estadual, o procurador Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, o procurador do trabalho, Carlos Victor Belo e o presidente do Sindtrânsito, Francisco Paulo Lima.

O representante do Sigmema não participou da audiência. Na ocasião, o procurador do município juntou ao processo documento que trata da inexistência de registro sindical do Sindtrânsito.

■ Duvidam

E não só os sarnomarinhianos duvidam da efetiva prisão de PM... O povão caxiense também...

■ Questão

...A questão é pertinente, pois a decisão do magistrado foi tomada no dia 16 de dezembro de 2010...

■ Sentença

...Mas há o aguardo do trânsito em julgado da referente sentença, quando só aí os nomes dos três condenados serão lançados no rol dos culpados, como o próprio Francisco Hélio Camelo inscreve na sentença final.

■ Homens enfurecidos

Falando em juízo, os leitores devem estar lembrados do editorial 'Homens enfurecidos', da coluna de 21 de outubro de 2010, no qual registrei a história da propriedade de Cloves Alves Pereira, um senhor de 75 anos, arrasada supostamente a mando de Humberto Neto, diretor da empresa Costa Pinto. O fatídico aconteceu no dia 7 de setembro de 2010...

■ Conceito de verdade

...E, também, da nota enviada logo em seguida à coluna pelo advogado Hélio Coelho, da Costa Pinto, reproduzida no editorial 'Conceito de verdade', do dia 30 de outubro de 2010, na qual o causídico faz reparos ao texto do editorial 'Homens enfurecidos'...

■ Liminar

...Pois bem, o juiz Sidarta Gautama, da 1ª Vara de Caxias, concedeu liminar a Cloves Alves Pereira reconhecendo que o mesmo é o verdadeiro proprietário da referida propriedade, e não a TG Agroindustrial (que não sem razão se confunde com a Costa Pinto)...

■ Testemunho

...No seu juízo emitido no dia 14 de dezembro de 2010, só agora tornado público, Sidarta Gautama baseia a decisão no testemunho de várias pessoas que atestaram conhecer Cloves Alves como dono do lugar há mais de 50 anos...

■ Fundamental

...O próprio magistrado ressalta como fundamental para o deferimento da liminar o depoimento do empresário aposentado Elmary Machado Torres, uma das testemunhas chave elencadas pela advogada do proprietário da gleba, Carla Rocha...

■ Verdade

...Do que se depreende, portanto, que era mesmo o 'conceito de verdade' do senhor Cloves Alves a verdade verdadeira e como tal o elemento vital para tornar a fúria dos 'homens' injustificável, abjeta e digna de uma resposta dura da Justiça.

Mais dois acusados de assaltar igreja na Alemanha são capturados

Policiais civis, da equipe de apoio operacional da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), com o apoio do 8º Distrito Policial, prenderam no início da tarde de ontem, mais duas pessoas envolvidas nos assaltos à Igreja Católica de São Francisco de Assis, localizada no Bairro da Alemanha. Foram presos Luís Fernando Pereira Costa, conhecido como 'Clif', 35 anos; e Tayane Martins Paiva, 25 anos, grávida de sete meses, todos em suas residências localizada naquele bairro. No início da noite de quinta-feira, 20, foi capturado Eraldo Rodrigues Marques, o 'Gás', 38 anos, por policiais militares.

O trio é acusado de praticar vários furtos contra a igreja. Segundo informações policiais, os

dois homens pulavam o muro do estabelecimento religioso sempre de madrugada e quebravam os trincos das janelas e portas com o uso de pedaços de ferro para subtrair os objetos. Tayane ficava na parte externa auxiliando a ação delituosa, no transporte e guarda dos objetos furtados.

Segundo a polícia, existem três ocorrências de furto registradas contra a igreja, todas com o envolvimento dos detidos. De acordo com o superintendente de Polícia Civil da capital, delegado Sebastião Uchôa, eles realizavam os assaltos no intuito de vender os objetos furtados para angariar recursos, a fim de comprar substâncias entorpecentes.

Foram encontrados equipamentos de som (caixas, amplifi-

cadores, microfones e alto falantes), mesas, cadeiras e botijão de gás. A polícia conseguiu recuperar dois botijões de gás, porém, os outros materiais possivelmente já teriam sido comercializados em troca das drogas.

No interrogatório, o trio confessou a autoria no delito e apontaram ainda a participação de outras pessoas identificadas apenas como Carioca e Bruno. A Polícia Civil continuará as investigações no intuito de prender os outros envolvidos.

O delegado de Plantão Central da Beira-Mar, Cristiano Farias, representou pela decretação da prisão temporária dos envolvidos na Central de Inquérito do Poder Judiciário. Os três ficarão agora à disposição da Justiça.



Eraldo Rodrigues, o "Gás"; Luís Fernando, o "Clif"; e Tayane